


Políticas educacionais e a geração “nem nem”: uma análise a partir da Nova Gestão Pública

*Educational policies and the “nem nem” generation:
an analysis regarding the New Public Management*

*Políticas educacionales y la generación “nem nem”:
un análisis a partir de la Nueva Gestión Pública*

Thaís Godoi de Souza² 

Maria Eunice França Volsi³ 

Jani Alves da Silva Moreira⁴ 

Resumo: O texto tem como objetivo discutir a relação entre políticas educacionais e o protagonismo juvenil no âmbito da geração denominada de “Nem Nem” no contexto da Nova Gestão Pública, a fim de identificar a influência da corrente neoliberal do novo gerencialismo nas proposições para a atuação do jovem no mercado de trabalho. Trata-se de um estudo exploratório, no qual os resultados apontaram que os jovens representam um dos segmentos mais afetados pelas transformações sociais e, principalmente, econômicas pós o ano de 2000. O empoderamento do jovem e o enfoque na educação têm configurado uma das principais preocupações do bloco no poder, atribuindo-lhes um valor superestimado na amenização das desigualdades sociais, regulação da pobreza, diminuição do analfabetismo e promoção do desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Políticas educacionais para a juventude. Geração “nem nem”. Nova Gestão Pública.

Abstract: *This paper aims to discuss the relation between educational policies and juvenile protagonism regarding the generation called “Nem Nem”, that is to say, young people who neither study nor work. It takes into account the New Public Management context seeking to identify the influence of the neoliberal mainstream of this new management over the propositions related to young people’s activity in the job market. This is an exploratory study whose results showed that young people are one of the population segments that are most affected by social and, mainly, economical changes that have been happening since 2000. Youth empowerment and a focus on education have shaped one of the greatest concerns of those who rule the country. These two factors have been overrated by governments and seen as the solution to social inequalities, poverty control, illiteracy reduction and the promotion of economic and social development.*

Keywords: *Youth educational policies. “Nem nem” generation. New Public Management.*

Resumen: *El texto tiene como objetivo discutir la relación entre política educativa y el protagonismo juvenil en el ámbito de la generación denominada “Nem Nem”. Además, considera el contexto de la Nueva Gestión Pública con la finalidad de identificar la influencia de la corriente neoliberal del nuevo gerencialismo en las proposiciones para la actuación del joven en el mercado de trabajo. Se trata de un estudio exploratorio. Los resultados apuntaron que los jóvenes representan uno de los segmentos más afectados por las transformaciones sociales y, principalmente, económicas después del año 2000. El empoderamiento del joven y el enfoque en la educación han configurado una de las principales preocupaciones del grupo que está en el poder, valor sobrestimado en la mitigación de las desigualdades sociales, regulación de la pobreza, disminución del analfabetismo y promoción del desarrollo económico y social.*

Palabras clave: *Políticas educativas para la juventud. Generación “nem nem”. Nueva Gestión Pública.*

¹ **Submetido em:** 10 jun. 2019 - **Aceito em:** 17 set. 2019 - **Publicado em:** 20 out. 2020

² Universidade Estadual de Maringá (UEM) – E-mail: tgsouza2@uem.br

³ Universidade Estadual de Maringá (UEM) – E-mail: mariaeunice08@yahoo.com.br

⁴ Universidade Estadual de Maringá (UEM) – E-mail: professorajani@hotmail.com

Introdução

O estudo tem como objetivo analisar a situação de educação da juventude brasileira, em especial a partir dos anos 2000ⁱ, a fim de identificar as relações com a Nova Gestão Pública (NGP) e as propostas sugeridas pelas reformas educacionais para o desenvolvimento de habilidades e competências que ao jovem é exigido para a inserção e adequação no mercado de trabalho.

Trata-se de um estudo exploratório no qual se discute os aspectos fundantes das políticas para a juventude brasileira e suas relações com a NGP. A problemática apresentada nessa investigação partiu do debate proposto por Antunes (2018, p. 79), sobre o novo proletariado da indústria de serviços do século XXI, denominados de infoproletariado/cibertariado, conceituado como um segmento “[...] desprovido do controle e da gestão do seu labor que cresce de maneira exponencial, desde que o capitalismo fez deslanchar a chamada era das mutações tecnológico-informacionais-digitais”, bem como das discussões sobre as reformas educacionais e a nova gestão pública.

Os meios de comunicação de massa disseminam que os jovens brasileiros são os mais atingidos pelas transformações do mundo do trabalho e frisa-se ao fato de serem vítimas e protagonistas de violência no século XX e início do XXI. Denominando-os de geração “Nem Nem”, uma geração juvenil que não estuda e não trabalha. No período de 2003-2010, verificamos maior visibilidade do jovem como sujeito de direitos no Brasil, pois nessa época foi crescente a discussão do jovem pelo poder público, bem como a construção e a reestruturação de políticas destinadas a este público. Garantir os direitos à juventude era necessário para que a democracia fosse consolidada, segundo o governo federal (BRASIL, 2006).

Antunes (2018) afirma que o processo de reestruturação produtiva do capital se intensificou no Brasil, a partir da implantação do neoliberalismo na década de 1990, o que levou as empresas a adotarem novos modelos de organização do trabalho. A combinação entre a melhor qualificação de força de trabalho, o uso de tecnologias mais avançadas e a intensificação da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil. Essa combinação no decorrer dos anos teve como consequências a flexibilização, a informalidade e a precarização da vida da classe trabalhadora.

Até a década de 1980 o traço distintivo da economia brasileira se encontrava na forte expansão industrial; já nas últimas três décadas no setor terciário, ou seja, setor de serviços e comércio de produtos registrou ampliação na sua posição relativa ao Produto Interno Bruto (PIB).

A representatividade do setor terciário (comércio e serviços) passou de 69% do Valor Adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) em 1997 para 73% em 2018 [...]. Percebe-se que o comércio foi o principal responsável por esse avanço, pois sua contribuição de 8% do Valor Adicionado do PIB, em 1997, passou para 13%, em 2018. Já o setor de serviços, apesar de significativa participação no Valor Adicionado do PIB, manteve o patamar de sua contribuição em torno de 60%, no ano de 1997 e no ano de 2018 (BRASIL, 2019).

Essa transformação da acumulação capitalista afetou a composição da força de trabalho e a ampliação significativa de serviços que reconfigurou a classe trabalhadora no Brasil. A era da informatização, a expansão das empresas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) gerou o nascimento de um novo proletariado de serviços, o infoproletariado ou cibertariado (ANTUNES, 2018).

Ao passo da criação dessa nova classe, presencia-se a informalização do trabalho (sem direitos, terceirizados, flexibilizados, precarizado). A terceirização ganhou espaço a partir da década de 1990, no Brasil, quando o parque industrial estatal brasileiro foi privatizado, o tripé da economia brasileira que sustentava o país - capital nacional, estrangeiro e estatal - reduziu o setor produtivo do Estado, produziu maior internacionalização da economia e o setor estatal foi incorporado ao capital externo (ANTUNES, 2018).

Em meio a esta sociedade da terceirização total, característica do novo gerenciamento público percebe-se a discussão da melhoria das condições de vida das classes subalternas por organizações e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Banco Mundial (BM). Diminuir as desigualdades sociais era e é preciso para resolver esta questão, a campanha das agências e programas governamentais propagaram a ideia de autonomia e poder - empoderamento dos grupos excluídos socialmente. Um destes grupos são os jovens.

Nas análises aqui mediadas, considera-se a definição de juventude mediante Alves (2008), no qual declara ser um produto da modernidade, quer concebida como fase da vida, quer como experiência juvenil. Os documentos produzidos por órgãos do governo federal brasileiro, para as políticas sociais de juventude, utilizam o corte etário de 15 a 29 anosⁱⁱ, apesar de discutirem que a juventude não é determinada pela idade.

Para tratar a temática proposta, primeiramente apresenta-se um panorama sobre a situação do jovem no Brasil em relação à estatística populacional e violência. Posteriormente, aborda-se a relação entre Nova Gestão Pública, a geração “Nem Nem” e o protagonismo juvenil a fim de relacionar com as proposições e políticas educacionais no país.

O jovem e a juventude no Brasil

Os jovens representavam 34 milhões da população, de 15 a 24 anosⁱⁱⁱ, no censo de 2000, ou seja, 20,1% do total da população (BRASIL, 2000). No censo de 2010, um quarto da população era constituída de jovens, de 15 a 29 anos, isto é, 51,3 milhões (BRASIL, 2010a).

Em 2018, esse número reduziu para 33 milhões de jovens (15 a 24 anos), o que representa 17% da população. Costa, Rocha e Silva (2018) alegam que essa grande quantidade de jovens no país é denominada de “Onda jovem”, a qual iniciou em 2003 e terminará em 2022, ano que esta população começará a decrescer e atingirá 25 milhões em 2040, o que equivalerá menos de 12% da população brasileira.

Em 2002, o Brasil ocupou a quinta posição no cenário internacional de homicídios da população jovem, com maior taxa no sexo masculino (93%), nos espaços urbanos das grandes cidades (WAISELFISZ, 2004). Em 2014, na faixa etária de 15 a 29 anos o crescimento da letalidade violenta foi mais intenso do que no resto da população. O número de homicídios por arma de fogo (HAF) passou de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014: crescimento de 592,8%. Todavia, na faixa jovem, este crescimento foi bem maior, pois saltou de 3.159, em 1980, para 25.255, em 2014, totalizando um crescimento de 699,5% (WAISELFISZ, 2016).

Atento a esses dados, nota-se que o Brasil inicia o debate para a institucionalização de políticas para a juventude na década de 1990, praticamente uma década depois da Declaração do Ano Internacional da Juventude (1985), lançado pela Unesco no Congresso Mundial sobre Juventude, em Barcelona, do Programa de Ação Mundial para os Jovens (PAMJ), 1996 e Declaração de Lisboa (DL), em 1998 (SOUZA, 2013).

Contudo, foi somente em 2003 que criou-se a Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude (CEJUVENT). A Cejuvent foi instalada com o objetivo de elaborar um Plano Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Em 04 de março de 2004, forma-se um grupo interministerial, composto por 19 ministérios, para pensar programas em nível nacional para a juventude. Esse grupo foi coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e dele criou-se o Projeto de Lei (PL) nº 4.530/2004 que “Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências” (BRASIL, 2004).

Esse PL adveio da Cejuvent e da Câmara dos Deputados, que se reuniram durante 2003 e 2004, nas conferências regionais e semana da juventude, com diferentes atores sociais para elaborar um plano de juventude que sistematizasse as prioridades dos jovens. O plano em sua preparação almejou incorporar os jovens no desenvolvimento do país, por meio de uma política nacional de juventude que se voltasse “[...] aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares” (BRASIL, 2004, p. 4).

Em 2005, criou-se uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 394/2005 –, a qual teve como intuito incluir o termo **jovem** no capítulo VII, do título VIII e modificar o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, a qual foi aprovada em 2010 por meio da Emenda nº 65/2010 (BRASIL, 2010b).

Em meio às discussões da referida PEC foi promulgada a Lei nº 11.129/2005 (BRASIL, 2005), a qual instituiu o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), criado para propor estratégias de acompanhamento, avaliação e diretrizes, de forma a promover políticas públicas para a juventude no Brasil, bem como a Secretaria Nacional de Juventude, responsável por articular programas e projetos aos jovens. Para dar conta dessa tarefa, em 2006, o Conjuve cunhou o documento “Política Nacional de Juventude – Diretrizes e Perspectivas”, com o escopo de orientar a construção das políticas do grupo social em questão (BRASIL, 2006).

Em 2007, teve início a tramitação do PL nº 27/2007 referente ao “Estatuto da Juventude”, aprovado em 2013, por meio da Lei nº 12.852, que instituiu o Estatuto da

Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), o qual orienta regular os direitos assegurados aos sujeitos de 15 a 29 anos, na esfera da educação, saúde, trabalho, vida, cidadania, liberdade, igualdade, cultura, desporto e lazer e meio ambiente (BRASIL, 2013).

Posterior ao Estatuto da Juventude de 2013, em 2018 destaca-se o decreto nº 9.306/2018 (BRASIL, 2018a), que dispõe sobre o sistema nacional de juventude, com o intuito de articulação e organização das instâncias federadas na promoção de políticas públicas ao segmento juvenil.

A mais recente ação para a efetivação de políticas para a juventude foi aprovada em 24 de abril de 2019, um Projeto de Resolução do Senado (PRS) que cria a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude, PRS nº 30/2019. A Frente Parlamentar tem como finalidade o acompanhamento, proposições e análises de programas referentes às políticas públicas de juventude, bem como a organização de eventos com objetivo de difundir medidas legislativas necessárias à regulamentação do segmento (BRASIL, 2019d).

Especificamente na área educacional atual destaca-se a Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), a Resolução nº 3/2018 (BRASIL, 2018b) que atualiza as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio (BRASIL, 2018c). Todos esses documentos destacam a necessidade de revisão e modernização curricular visando o atendimento “adequado” à juventude.

As implicações do Ensino Médio e da atual Reforma do Ensino Médio (REM) para a formação do jovem brasileiro estão ancoradas nas proposições de competências e habilidades, que visam atender demandas do mercado de trabalho por meio de uma flexibilização curricular. Financiada em parte pelo Banco Mundial, a REM carrega em seu bojo a marca do mercado econômico, pois “[...] o interesse nesse projeto de reforma ultrapassa os muros escolares e atinge grandes conglomerados empresariais e políticos do país, que são principais sujeitos envolvidos na organização de alteração da estrutura do ensino médio” (VICENTE, 2019, p. 218).

Nova Gestão Pública (NGP), políticas educacionais e a geração “Nem Nem”

Nessa seção abordamos a discussão da NGP e a geração “Nem Nem”, a fim de estabelecer relações entre a influência da Nova Gestão Pública nas políticas educacionais para os jovens no que tange à responsabilização desse grupo em relação à sua própria ascensão social.

A situação do jovem no Brasil e as habilidades e competências educacionais e laborais requeridas para esse grupo não podem ser entendidas de forma singular. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos indica que se trata de algo já sólido nas relações sociais.

O modo de produzir a vida na contemporaneidade está constituído pelo “[...] drama ambiental, a tragédia social e o caos financeiro” (DOWBOR, 2017, p. 36). A administração do planeta favorece uma minoria e os recursos necessários para financiar políticas sociais estão “[...] nas mãos de algumas centenas de grupos que sequer conseguem administrar, com um mínimo de competência, as massas de dinheiro que a controlam” (DOWBOR, 2017, p. 36).

A fase do capitalismo financeiro formou uma rede mundial de controle corporativo, na qual funciona para 1% da população, mas não para o restante do planeta. “As aplicações financeiras rendem acima de 5%”, enquanto o “PIB mundial cresce num ritmo situado entre 1% e 2,5%” o ano (DOWBOR, 2017, p. 33).

Neste cenário de financeirização de riquezas e serviços, nota-se a problemática da geração denominada “Nem Nem”. A nova geração de jovens, no Brasil, vive em um cenário distinto das gerações anteriores^{iv}: em um mercado de trocas tecnológicas aceleradas, um mercado laboral dinâmico com a exigência de profissões emergentes que não existiam até uma década atrás. Ao realizar a busca por notícias sobre jovens brasileiros, observa-se que desde 2012 são publicadas diversas reportagens sobre este grupo. As notícias referem-se aos jovens rotulados como a geração “Nem Nem”, que significa aqueles que não estudam e não trabalham. Esse conceito foi abordado em pesquisa realizada em âmbito regional publicada em 2018, que contou com a participação de mais de 15.000 jovens, entre 15 e 24 anos, em nove países (Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Haiti, México, Paraguai, Peru e Uruguai), a qual contou com apoio de diversas universidades e instituições (NOVELLA *et al.*, 2018).

A pesquisa de Novella *et al.* (2018) apresentou que o grupo “Nem Nem” é formado maioritariamente por mulheres em todos os países e também por jovens pobres, pertencentes a locais com poucos recursos. A tabela 1 demonstra a estatística, apresentada na pesquisa, sobre a geração juvenil no Brasil, no âmbito laboral e educativo.

Tabela 1. Situação sobre os jovens no Brasil (trabalho e educação)

Exclusivamente estudam	49%
Trabalham	13%
Estudam e trabalham	15%
Não estuda e não trabalha	23%

Fonte: Elaboração das autoras a partir de Novella *et al.* (2018).

De acordo com a pesquisa, apesar do termo “Nem-Nem” induzir à ideia de que os jovens são ociosos e improdutivos, 37% deles estavam à procura de trabalho, 72% dedicam-se a tarefas domésticas, principalmente as mulheres. Isto é, “ao contrário das convenções estabelecidas, este estudo comprova que a maioria dos nem-nem não são jovens sem obrigações, e sim realizam outras atividades produtivas”. Apenas 4% deles “não realizam nenhuma dessas tarefas nem têm uma deficiência que os impede de estudar ou trabalhar” (NOVELLA *et al.* 2018, p. 3).

A juventude é uma etapa crítica da vida dos sujeitos, período em que se tomam várias decisões em muitos âmbitos, em especial na educação e no trabalho. As estatísticas

apresentadas mostram altas taxas de desemprego e informalidade dos jovens. É perceptível que a pesquisa mencionada, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), afirma que para a região latino-americana alcançar um desenvolvimento econômico de sucesso é necessário estimular economias mais inclusivas e ampliar o capital humano. Um discurso marcado pela responsabilização do indivíduo, protagonista de sua própria ascensão social (NOVELLA *et al.*, 2018).

A pesquisa também assinala que a evasão escolar é um dado alarmante entre os jovens; estes deixam a escola, em especial, no ensino médio. As meninas afirmam deixar a escola devido à gravidez ou por cuidar de um membro da família, homens saem da escola para auxiliar na renda familiar e na dele própria. Dessa forma, para que haja um crescimento sustentável, redução da pobreza, desigualdade, a região deve fortalecer sua capacidade de crescimento econômico e de inclusão social (NOVELLA *et al.*, 2018).

Para que a situação da juventude mude, o estudo de Novella *et al.* (2018) propõe a preparação, o treino de habilidades flexíveis de forma que os jovens possam se adaptar a qualquer tarefa laboral. Para que o jovem tenha um trabalho com sucesso no futuro é preciso estimular as habilidades socioemocionais, caracterizadas pelo comportamento de perseverança, autocontrole e afabilidade.

O argumento do estudo de Novella *et al.* (2018), sobre o treino de habilidades e competências flexíveis para o jovem latino-americano, corrobora com a discussão de Lima (2012), na qual pondera que, nas últimas décadas, foi perceptível a preferência de consolidação das capacidades adaptativas e funcionais, isto é, aprendizagem ao longo da vida que serve para adquirir habilidades que permitirão ao jovem ou aprendiz a trabalhar mais, ser rápido e inteligente, permitindo ao seu empregador competir melhor na economia global.

A defesa da educação como redentora, preparatória para o trabalho alienado (mercado) e responsável por desenvolvimento de habilidades e competências ainda no século XXI, reduz a uma concepção funcionalista, técnico-instrumental, com regresso à teoria do capital humano, no qual não considera que

[...] a principal força da educação reside, paradoxalmente, na sua aparente fragilidade, nos seus ritmos próprios e geralmente lentos, nos ensaios de tentativa-erro, na incerteza e na falta de resultados imediatos e espetaculares, nos seus continuados processos de diálogo e convivialidade [...] (LIMA, 2012, p. 44).

Observa-se que de fato o grupo social em questão sofre com os obstáculos sociais impostos, como desemprego e estudos não concluídos. Todavia, o cenário é preocupante mediante as consequências produzidas pela economia desenvolvimentista na América Latina, em que atuais governos apregoam o liberalismo econômico e o autoritarismo social, no qual desmantelam os direitos trabalhistas e reduzem a qualidade da escola pública.

Os estudos de Nazzari, Kniphoff e Baquero (2010), Baquero e Hammes (2006), Werthein (2003) e o documento da Unesco (2006), apresentam análises referente à questão do capital social e empoderamento de jovens. Ressaltam que a participação e a organização da sociedade em grupos colaboram para a cidadania e estoque de capital social, já que os jovens são os próprios responsáveis pelo aumento da sua eficiência.

Diante da perspectiva de protagonismo juvenil e empoderamento, Carvalho (2009) explicita que o protagonismo é um discurso que foi disseminado e adotado pelo país nos programas implantados e cita os jovens como responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade com engajamento em programas sociais. O grupo é associado à potencialidade e a utiliza para “[...] resolver problemas sociais instaurados em redes e estratégias de poder por meio de práticas sociais que sustentam uma hegemonia, conforme uma lógica de governo regida pelo capital” (CARVALHO, 2009, p. 126).

Em relação ao empoderamento, juntamente com o capital social, Carvalho (2009) propala ser uma estratégia neoliberal que vem sendo utilizada nos discursos do combate à pobreza, e de reconhecer no sujeito pobre sua capacidade de lutar contra sua situação de vulnerabilidade, responsabilizando-o pela sua própria condição social, sem passar pela função do Estado. Na mesma perspectiva, Lima (2012) atesta que a aprendizagem é cada vez mais um assunto privado e mais dependente da prestação de serviços (mercado/setor privado), vive-se uma apologia da aprendizagem individual, ação esta que se assemelha às tendências de individualização das relações de trabalho, apontando para o modelo do empreendedor, autônomo, gestor de sua própria carreira, protagonista do seu próprio sucesso ou fracasso.

É nesse caminho que os documentos sobre a juventude brasileira e latino-americana afirmam que para os jovens se adequarem e saírem da condição “Nem Nem” é preciso ser protagonista, desenvolver competências e habilidades flexíveis, adaptáveis e recomendadas pelo mercado atual, ganhando o mérito pelo seu próprio esforço.

Contudo, a estrutura social não é alterável por este método meritocrático, e que no caso da formação para a empregabilidade a solução está longe de ser apenas individual, mesmo quando a visão mais comum sobre a empregabilidade repousa na ideia de que cada indivíduo, por meio da formação, aumentará sua capacidade individual de conseguir um emprego (LIMA, 2012).

O contexto econômico, político e social evidencia que não se trata apenas de vontade ou interesse pessoal do jovem para que ocorra a mudança dessa condição “Nem Nem”. Não é o desejo individual que os levam a essa situação, são as relações de trabalho e produção da sociedade atual que têm lançado não só os jovens, mas uma grande parcela da população à exclusão de direitos, entre eles, o direito à educação e ao trabalho e, conseqüentemente, ao direito a uma vida digna.

A perversidade do modo de produção capitalista associado à gestão neoliberal acentuou as situações de desemprego, precariedade e instabilidade no trabalho, aumentando o contingente de vulneráveis e minimizando as medidas de proteção social (SOARES, 2003). A implantação de políticas e intervenção do Estado frente às questões sociais esteve intimamente ligada à Nova Gestão Pública ou *New Public Management* (NPM), também conhecida, no Brasil, como novo gerencialismo. Uma teoria da administração pública voltada para o controle dos resultados da governança (BRESSER PEREIRA, 1997).

A NGP visa a eficácia, redução de custos, eficiência dos aparelhos de Estado e clientelização dos cidadãos (ANDERSON, 2017). Esta gestão defende que a lógica do setor privado deve ser referência a ser adotada. Sendo assim, é o mercado quem deve formular

políticas públicas. Os serviços públicos precisam abdicar das fórmulas burocráticas e assumir a modalidade da concorrência empresarial; a gestão deve ser separada da política, assim como a ideia associada à gestão de empresas; e, o cidadão necessita converter-se em cliente (ANDERSON, 2017). No âmbito prático, ocorre a descentralização administrativa com uma autonomia limitada das instituições estatais, maior disciplina e parcimônia no uso de recursos em um contexto de austeridade e desinvestimento e uma tendência à contratação de trabalhadores temporários e de curto prazo, antissindicalistas.

Para Anderson (2017), a NGP influenciou a precarização da educação e dos futuros trabalhadores (educandos). E como a NGP influenciou nas relações de trabalho e educação das instituições e, conseqüentemente, dos jovens? Anderson (2017) explica que os profissionais são cada vez mais gerenciados e controlados, havendo uma diminuição da autonomia profissional, isto é, um novo profissionalismo vem sendo construído em todas as profissões.

As relações de mercado se tornam dominantes em todos os aspectos da vida, sendo difícil pensar em bem comum. A especulação financeira e a abordagem flexiva mudou a vida profissional. Para se encaixarem nesse novo capitalismo, os trabalhadores tiveram que abandonar a ideia de estabilidade. A nova cultura empresarial prepara funcionários para este novo mundo, de emprego instável na nova sociedade do risco, a grande rotatividade de trabalhadores gera uma infidelidade à empresa, caracterizada como uma comunidade transitória. O emprego instável, temporário, não permite aos funcionários e às futuras gerações criar uma história de vida (ANDERSON, 2017).

A NGP é uma gestão neoliberal que dá preferência a um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e restrito para as questões sociais (SOARES, 2003). As políticas públicas na NGP são vistas como esvaziadoras dos fundos públicos. Com esse ideário, reduz ao mínimo a intervenção social do Estado em diversas áreas, e o mercado passa a ser o regulador e o legitimador social. Essas políticas neoliberais “são influenciadas por acordos de empreendedores filantropos, fundações, grupos de reflexão, agências internacionais e negócios educacionais globais” (ANDERSON, 2017, p. 601). Os discursos desses atores adentram às escolas públicas, e as identidades profissionais de professores e gestores são redesenhadas, influenciando a formação dos educandos (BALL; YUDELL, 2008).

A NGP inserida nas instituições de ensino visa maior ênfase em resultados e em suas mensurações, utilizando-se de dados quantitativos, contratação de serviços públicos a fornecedores no setor privado e aumento do uso de empresas de consultoria.

É nesse cenário que se ampliou a falácia da má qualidade das instituições e serviços públicos, sendo este desestabilizado por meio de um discurso de escárnio e ridicularização constante para minar sua credibilidade. O que é acompanhado de desinvestimento e transferência de recursos do setor público ao privado, criam-se dessa maneira novos mercados que atraem fornecedores privados, novas arenas de atividade comercial para “empreendedores sociais” (ANDERSON, 2017).

Diante desses dados observa-se que para os jovens obterem empregos é mais que uma questão de ter habilidades e competências, pois vive-se “[...] uma economia das capacitações humanas portáteis que continua a deixar a maioria para trás” (SENNETT, 2006, p. 83).

Sennett (2006) refuta a ideia de que apenas o indivíduo por si só é capaz de realizar a definição do sucesso de sua atividade laboral e/ou educacional, pois está associado aos fatores econômicos, políticos e sociais que são determinantes na vida da população. O autor afirma que raro é o ser humano que prospera em condições sociais instáveis e fragmentárias, por três motivos: primeiro, o tempo, migrar de um emprego para outro, ou possuir empregos temporários não permitem que o trabalhador e suas futuras gerações criem uma história de vida, planejem seu amanhã, bem como não estabeleçam laços de fidelidade com a instituição que emprega. “Quando as instituições já não proporcionam um contexto de longo prazo, o indivíduo pode ser obrigado a improvisar a narrativa de sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo” (SENNETT, 2006, p. 13).

O segundo motivo refere-se ao talento, não é possível desenvolver todo o potencial de habilidades e descobrir novas capacidades em meio à nova fase do modo de produção (financeiro), pois as exigências da realidade mudam constantemente. “Em termos práticos, na economia moderna, a vida útil de muitas capacitações é curta; na tecnologia e nas ciências, assim como em formas mais avançadas de manufatura, os trabalhadores precisam atualmente se reciclar a cada período de oito ou doze anos” (SENNETT, 2006, p. 14).

O autor afirma que a nova ordem social contraria o ideal do artesanato, de aprender a fazer bem apenas uma coisa, tarefa esta que se coloca como economicamente destrutiva na fase do capital financeiro. “No lugar do artesanato, a cultura moderna propõe um conceito de meritocracia que antes abre espaço para as habilidades potenciais do que para as realizações passadas” (SENNETT, 2006, p. 14). O terceiro motivo, não descolado do segundo, refere-se a desfazer das experiências passadas e vividas.

Diante dos motivos expostos por Sennett (2006), é possível constatar que a maioria das pessoas não conseguem ser *experts* em sua atividade laboral, mediante esses desafios. É preciso ter uma narrativa contínua na vida, valorizar as experiências que já vivenciou e orgulhar-se de sua capacitação em algo específico. Contudo, o que se solicita ao jovem brasileiro, em especial ao trabalhador, da classe menos favorecida, da minoria social, é que se esforce e que busque as habilidades emergentes e flexíveis para que possa ser empregado em diferentes ramos da economia, visto que os trabalhos ofertados são temporários.

Em meio a este cenário de minimização de direitos sociais e de economia em baixa, atingimos, no Brasil, em março de 2019 queda de 1,3%, se comparado ao mês de fevereiro, no setor industrial. A indústria nacional levou um tombo no primeiro trimestre de 2019, em três das quatro grandes categorias econômicas (1. alimentos e bebidas; 2. insumos industriais; 3. bens de capital; e 4. bens de consumo durável, semidurável e não durável), a saber: alimentos, veículos automotores e derivados de petróleo e biocombustíveis (BRASIL, 2019b).

A taxa de desemprego no país atingiu 12,7% (13,4 milhões de brasileiros), no primeiro trimestre de 2019 (janeiro a março),

o que representa 1,1 ponto percentual a mais na comparação com o último trimestre de 2018, quando ficou em 11,6% [...]. Os dados mostram também que a população desocupada no país cresceu 10,2% entre o último trimestre do ano passado [2018] e

o primeiro trimestre deste ano [2019] e chegou a 13,4 milhões, acréscimo que representa 1,2 milhão de pessoas (BRASIL, 2019a).

Tabela 2. Taxa de desemprego no Brasil, comparação trimestral 2018-2019.

Último trimestre de 2018	Primeiro trimestre de 2019	Percentual
11,6%	12,7%	1,1%
12,2 milhões de pessoas	13,4 milhões de pessoas	Acréscimo de 1,2 milhão de pessoas

Fonte: IBGE/PNAD (BRASIL, 2019a).

A respeito da população jovem de 18 a 24 anos, o IBGE/PNAD (BRASIL, 2019c) mostrou que no 1º trimestre de 2019, 31,8% de jovens estavam desocupados, ficando abaixo apenas da faixa etária de 25 a 39 anos (34,7%). O aumento de mortes por armas de fogo, o índice de fecundidade entre adolescentes, a evasão escolar e o desemprego entre a juventude são fatores determinantes para compreender essa geração “Nem Nem”, bem como contribuir para elaboração de políticas públicas que apoiem os jovens em sua trajetória de vida.

Considerações finais

Constatamos, por meio da análise apresentada, que os jovens representam um dos segmentos mais afetados pelas transformações sociais e, principalmente, econômicas a partir dos anos de 2000. O empoderamento do jovem, bem como o enfoque na educação têm configurado uma das principais preocupações do bloco no poder, atribuindo-lhes um valor superestimado na amenização das desigualdades sociais, regulação da pobreza, diminuição do analfabetismo e promoção do desenvolvimento econômico e social.

O percentual “Nem Nem” de 23% (que não estuda e não trabalha, conforme Tabela 1), configura-se como um dos elementos estruturantes da persistência das desigualdades no país. Uma geração com alta proporção de desemprego, 31,8%, carregam em sua consciência a sobrevivência do indivíduo mais forte na concorrência do livre mercado. A NGP propaga uma cultura empresarial nas escolas, colégios, universidades, nas diferentes profissões e na forma de vivermos e, nessa cultura, os jovens devem estar preparados para o mundo do emprego instável e precário.

A geração “Nem Nem” tende a crescer no Brasil caso as políticas públicas de educação, emprego e previdência se tornem mais reducionistas, pois sem políticas adequadas, a desigualdade de oportunidades no mundo do trabalho gera divisões, perpetuando dessa forma as desigualdades na sociedade.

Nota-se também que a formação educacional do jovem brasileiro está assentada em diretrizes de competências e habilidades presentes na recente Lei nº 13.415/2017, a qual estabelece os itinerários formativos a serem desenvolvidos no ensino médio. A referida Lei substitui o modelo único de currículo do ensino médio por um modelo diversificado e flexível, composto por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, são eles: “I – linguagens e suas tecnologias; II –

matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; e, V – formação técnica e profissional” (BRASIL, 2017).

O foco no desenvolvimento de competências é ressaltado em diversas partes do texto da BNCC com a justificativa de que as avaliações internacionais, em especial, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), trabalham nesta perspectiva.

Outra questão a ser conjecturada é que o texto da BNCC do Ensino Médio alega que o Brasil tem uma juventude plural, para tanto é preciso formar esses jovens a se tornarem críticos, autônomos e responsáveis, cabendo às escolas de Ensino Médio “[...] proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas [...]” (BRASIL, 2018c, p. 463), para que eles sejam protagonistas do seu processo de escolarização e do seu projeto de vida. As competências, as habilidades e as experiências trazidas pela BNCC visam favorecer a preparação básica para o trabalho e a cidadania que possibilitem aos jovens estudantes inserir-se de forma ativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível (BRASIL, 2018c), lógica da teoria do capital humano que se tornou alargada no país.

Referências

ALVES, Natália. **Juventudes e inserção profissional**. Lisboa: Educa, 2008.

ANDERSON, Gary. Privatizando subjetividades: como a Nova Gestão Pública (NGP) está criando o “novo” profissional da educação. **RBP**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 593-626, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.21573/vol33n32017.79297>

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BALL, Stephen; YOUDELL, Deborah. **La privatización encubierta en la educación pública**. Londres: Instituto de Educación, Universidad de Londres, 2008.

BAQUERO, Rute; HAMMES, Lúcio Jorge. Educação de jovens e construção de capital social: que saberes são necessários? In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. (org.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 141-158.

BRASIL. **A importância do setor terciário para a economia**. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018c.

BRASIL. Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 mar. 2018a.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu artigo 227, para cuidar dos interesses da juventude. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2010b.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Dados sobre a juventude**. Brasília: Censo IBGE, 2010a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Indicadores Conjunturais da Indústria segundo Grandes Categorias Econômicas (%), março 2019**. Brasília: IBGE, 2019b.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **PNAD Contínua: Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 1º trimestre de 2019**. Brasília: IBGE, 2019c.

13

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,7% e taxa de subutilização é de 25,0% no trimestre encerrado em março de 2019**. Brasília: IBGE, 2019a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **População residente, por situação do domicílio e frequência à escola ou creche, segundo o sexo e os grupos de idade**. Brasília: IBGE, 2000.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 jul. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 ago. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.530/2004**. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 nov. 2018b.

BRASIL. Senado Federal. **Aprovado projeto que cria frente parlamentar em defesa da juventude**. Brasília: Senado Federal, 24 abr. 2019d.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, 1997.

CARVALHO, Flávia Xavier de. **Análise da configuração de políticas públicas para a juventude a partir de 1990**: evidenciando concepções e estratégias neoliberais. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

COSTA, Joana; ROCHA, Enid; SILVA, Claudia. Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades. *In*: NOVELLA, Rafael *et al.* **Millennials en América Latina y el Caribe**: ¿trabajar o estudiar? Canadá: BID, 2018. p. 75-120.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

14

LIMA, Licínio Carlos. **Aprender para ganhar, conhecer para competir**: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”. São Paulo: Cortez, 2012.

NAZZARI, Rosana Katia; KNIPHOFF, Dione Terezinha; BAQUERO, Rute. Visibilidade e empoderamento dos jovens na política pública brasileira. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA: TENDÊNCIAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010.

NOVELLA, Rafael *et al.* **Millennials en América Latina y el Caribe**: ¿trabajar o estudiar? Canadá: BID, 2018.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Thaís Godoi de. **A política do Programa Abrindo-Espaços (PAE)**: Educação e cultura para a paz (2000-2010). Educação para emancipação ou conformação? 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

UNESCO. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2006.

VICENTE, Vinicius Renan Rigolin de. **Políticas educacionais para o ensino médio**: as implicações da Lei nº 13.415/2017. 2019. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência IV**: os jovens do Brasil. Juventude, violência e Cidadania. Brasília, DF: UNESCO, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília, DF: FLACSO, 2016.

WERTHEIN, Jorge. **Crenças e esperanças**: avanços e desafios da UNESCO no Brasil. Brasília, DF: UNESCO; Viva Rio, 2003.

Notas

ⁱ A escolha por esse recorte temporal se deu pela transformação do mundo do trabalho na sociedade brasileira, tais como o crescimento do setor terciário e a expansão da informatização (ANTUNES, 2018).

ⁱⁱ Foi por meio da Lei nº 11.692/2008 que passou a ser considerado jovem a faixa etária de 15 a 29 anos, em substituição a Lei nº 11.129/2005 que considerava jovem a faixa etária de 18 a 24 anos.

ⁱⁱⁱ Apesar de o Governo Federal considerar a juventude na faixa etária de 15 a 29 anos, o IBGE utiliza o corte etário de 15 a 24 anos em suas estatísticas. Contudo, no Censo de 2010, o IBGE considerou a faixa etária de 15 a 29 anos.

^{iv} Refere-se ao período anterior aos anos 2000.

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre

